

# FONTES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M.

José Claudinei Lombardi<sup>2</sup>

Maria Isabel Moura Nascimento<sup>3</sup>

O livro reúne as conferências da II Jornada do HISTEDBR, que teve por tema geral: *A Produção em História da Educação na Região Sul do Brasil*. O evento foi realizado em Ponta Grossa (na UEPG) e em Curitiba (na PUCPR), entre os dias 8 e 11 de outubro de 2002. A II Jornada foi comemorativa de uma década de produção acadêmica do HISTEDBR no Sul do Brasil. A coletânea reúne os textos da conferência de abertura e das palestras das três mesas redondas ocorridas no evento e que trataram das seguintes temáticas: 1) Fontes e História das Instituições Escolares, 2) Fontes e História das Políticas Educacionais, 3) Fontes e Historiografia Educacional Brasileira.

A primeira parte do livro, *Fontes e História das Instituições Escolares*, traz a conferência de abertura e a primeira mesa redonda do evento. A conferência de abertura foi proferida por Dermeval Saviani, Coordenador Geral do HISTEDBR, tendo por título: *Breves considerações sobre fontes para a História da Educação*. A exposição foi dividida em três tópicos: o primeiro discorre sobre o conceito de *fonte*; no segundo, o autor examina a questão das fontes no âmbito da história das instituições escolares e, no terceiro, propõe a formulação e implementação de uma política de fontes para a história da educação brasileira que emerge como um problema de transcendental relevância para o incremento quantitativo e qualitativo da historiografia da educação brasileira.

O segundo texto, de Flávia Obino Corrêa Werle, tem por título *História das instituições escolares: de que se fala?* A autora inicia o texto esclarecendo os termos implicados: história, instituição e escolar. Em seguida, aborda a história das instituições escolares como uma história que toma a escola como

---

<sup>1</sup> Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. – (Coleção Memória da Educação).

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da FE/UNICAMP. Coordenador Executivo do HISTEDBR. e-mail: [zezo@unicamp.br](mailto:zezo@unicamp.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora da UEPG. Coordenadora do GT UEPG do HISTEDBR. e-mail: [misabel@lexxa.com.br](mailto:misabel@lexxa.com.br)

*monumento*. Os “monumentos” são os prédios, vinculados à base material da instituição escolar, mas esses também são documentos que subsidiam a história das instituições educativas. Para a história das instituições educativas, os objetos, materiais e pertences capturados pelo pesquisador, se transformam em documentos / monumentos. Podem também ser consideradas como fontes os relatos orais, cuja base é a memória. Na parte final, a autora aponta riscos no trabalho de construção de histórias das instituições escolares, como o de construir uma história factual e objetiva; como o de adotar o discurso da história institucional oficial; como o de buscar a descrição da totalidade da história institucional, afastando-se do sentido plural, não unitário, da concepção de história das instituições escolares; por fim, a destruição das bases material e de gestão e que tira da vista do historiador aspectos importantes da vida institucional.

O terceiro texto, *A educação escolar pública e a formação de professores no Império Brasileiro*, de Sérgio E. M. Castanho, explana sobre a formação de professores na colônia e no império. Na Colônia tinha-se uma “educação pública religiosa”, quase que inteiramente obra dos jesuítas, para uma clientela de elite, representada pela classe senhorial burguesa. A formação do magistério acontecia na ordem inaciana, segundo regras claras e precisas, que apresentavam traços inequívocos de uma prematura profissionalização docente. Com o fim do sistema educacional jesuítico, em 1759, por meio de uma ordem régia vieram as aulas de primeiras letras para o nível mais elementar do ensino e as de humanidades, para o nível médio, compreendendo gramática, latim e grego. Os estudos superiores continuaram sendo providos pela Universidade de Coimbra e, parcialmente, pelos Seminários. As aulas eram ministradas por alguns mestres leigos despreparados e por uma maioria de professores religiosos que regiam a *ars docendi* de maneira medíocre e desarticulada. A vinda para o Brasil da Família Real, em 1808, levou à adoção de algumas medidas em relação à educação popular, bem como foram implementadas medidas para resolver o problema da formação de professores no período imperial. Castanho aponta que somente em 1835 foi criada a primeira Escola Normal do Brasil, na capital da província do Rio de Janeiro - Niterói, com o intuito de preparar os futuros mestres no domínio teórico-prático do método criado por Bell e Lancaster na Inglaterra em fins do século XVIII, denominado de “ensino monitorial” ou “ensino mútuo”. Foi nesse contexto que se estabeleceu, ainda que de forma genérica e vaga, a formação escolar específica para professores, um *ensino normal* que deveria estar voltado à formação dos professores necessários à educação popular do país. Explicita que as escolas normais nesse período histórico fechavam e reabiam sucessivamente, apresentando em geral resultados desalentadores para a educação brasileira. Foi somente nas últimas décadas do século XIX que a crença na educação e no poder da ciência para disciplinar o homem para a sociedade capitalista esteve presente nos discursos e nas reformas educacionais. A educação passou, então, a ser considerada como fator fundamental para o desenvolvimento social e econômico da nação, e não só civilizatório.

O quarto texto é de Maria Cristina Gomes Machado, intitulado *Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil*. Traz uma análise sobre a organização das instituições escolares voltadas à educação das classes populares, no final do século XIX. Inicia analisando a origem das instituições escolares no cenário mundial, a partir da segunda metade do século XIX, quando a escola começa a ser considerada como um dever do Estado e obrigatória para todo

cidadão. Foi o movimento revolucionário francês de 1848 e a Comuna de Paris, de 1871, que pressionaram por transformações sociais que acabassem com a miséria do povo e as diferenças sociais. Entre as reivindicações estava a necessidade de instrução, como forma de reduzir as desigualdades sociais. Na sequência, a autora defende a importância dos pareceres de Rui Barbosa para a história das instituições escolares: "A reforma do ensino secundário e superior", escrito em 1882, e "A reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública", de 1883. Nesses pareceres Rui Barbosa defendia a formação da inteligência popular por meio da educação escolar, que era considerada fundamental para a reconstituição do caráter nacional do país. A educação era apresentada como um fator de desenvolvimento, como uma alavanca capaz de modernizar a nação brasileira. Rui Barbosa foi muito enfático nas suas conclusões relativas à situação da educação brasileira, buscando todos os argumentos possíveis para sensibilizar o parlamento da sua importância.

A segunda parte do livro, *Fontes e história das políticas educacionais*, principia com o texto *História das políticas educacionais: a questão das fontes*, de Maria Luiza Ribeiro. A autora trata, inicialmente, de envolvimento com as fontes no campo da história da educação brasileira. Em seguida, apresenta "marcas" que seu trabalho com fontes adquiriu e que considerou como "princípios fundamentais", os quais norteiam a busca, a seleção e, fundamentalmente, a análise das fontes. Arrola nove desses princípios. Aspecto importante de sua abordagem histórico-educacional é seu entendimento de que a investigação histórica, entendida como estudo do passado, não pode perder de vista o fato de que a História é a totalidade entre passado, presente e futuro.

O segundo texto dessa parte tem o título *Fontes e história das políticas educacionais*, de autoria de José Luís Sanfelice e trata da complexa situação teórico-metodológica em que se encontra a produção em História da Educação, tendo como recorte de análise as "Fontes e História das Políticas Educacionais". Para Sanfelice, qualquer definição para os termos "fontes", "História" e "Políticas Educacionais" é, necessariamente, decorrente de uma postura epistêmica orientadora de uma concepção de ciência e de um conseqüente direcionamento para o fazer científico. O tema "Fontes e História das Políticas Educacionais" é entendido como um recorte da História da Educação, por sua vez recorte da História, igualmente condicionado pela postura teórico-metodológica do pesquisador. Na sequência direciona a discussão para as fontes relativas às políticas educacionais e das quais os historiadores se utilizam com relativa frequência. Sanfelice chama a atenção para o fato de que a maioria das dissertações, teses ou outro tipo de produção na área de História da Educação, dão grande prioridade ao século XX e são voltados, principalmente, para períodos muito recentes ou até do presente, que acrescentam ao trabalho do historiador muitas dificuldades, específicas do fazer a história do próprio tempo vivido pelo pesquisador. Conclui afirmando que nunca é demais repetir que as fontes não falam por si mesmas, mas que os condicionantes decorrentes da formação científica e epistemológica do historiador, determinam o lugar de onde busca as fontes, estabelece a seleção, faz a leitura e a interpretação das mesmas.

A terceira parte do livro é *Fontes e historiografia educacional brasileira*. O primeiro texto desta parte é de Maria Elisabeth Blanck Miguel e tem por título *Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização*. A autora aborda a produção de obras que tratam da

história da educação brasileira e observa que as principais contribuições da pesquisa na área têm origem nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-graduação. Aponta que muitos trabalhos também surgem fora do espaço da pós-graduação em educação, mas são as Universidades que acolhem a maioria dos grupos de pesquisa. Quanto à relação entre o pesquisador e o objeto da pesquisa, a entende como mediada pela atitude de busca, de desvendamento do que não se sabe, pela procura de explicações para o que ainda não está explicado. A função social que os pesquisadores atribuem à História da Educação, ou os objetivos que dirigem sua ação, orientam o modo como se desenvolve a pesquisa, assim como o trabalho com as fontes. E a autora é enfática ao afirmar que a função social da pesquisa em História da Educação é a busca de soluções para os problemas educacionais. Observa que a pesquisa com as fontes documentais, muitas vezes, trazem informações demonstrativas das contradições que permeiam as ações oficiais. Dessa forma, as fontes carregam em si a categoria da interpretação, pois o trabalho não se limita apenas à busca, seleção, levantamento e tratamento das mesmas. Também a periodização e a abrangência de estudo de um determinado tema procedem delas. Finaliza tecendo considerações sobre as relações que se estabelecem entre o pesquisador e a comunidade científica da qual faz parte e das quais podem surgir contribuições para novas buscas de fontes que auxiliem a historiografia.

O segundo texto, de Marli Auras Fontes, tem o título *Fontes e historiografia educacional brasileira: contribuição para o debate a partir da produção de conhecimento em história da educação catarinense relativa ao século XIX*. A autora faz a análise da trajetória histórica do grupo de pesquisas em História da Educação em Santa Catarina. O grupo, através do projeto de *Levantamento de Fontes para a História da Educação Catarinense*, iniciou seus trabalhos integrado ao projeto nacional do HISTEDBR. Posteriormente, em 1996, foi criado o *Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira*, que deu continuidade às atividades de pesquisas e estudos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. O núcleo de pesquisas buscou estimular os mestrands a direcionarem suas dissertações de mestrado para o campo da história da educação, na perspectiva de contribuírem para o avanço do entendimento da especificidade da história da educação catarinense em sua relação com a história da educação brasileira. O texto traz, então, a produção acadêmica de mestrands. Além dos trabalhos e pesquisas produzidas no âmbito da pós-graduação em educação da UFSC, a autora arrola outras pesquisas que contribuíram para a elucidação histórica da educação catarinense. Depois de expor sumariamente as pesquisas produzidas, a autora se questiona sobre a contribuição dessas pesquisas e quais as grandes questões que levantam. Reportando-se aos estudos sobre a história educacional catarinense do século XIX, reflete que quanto mais ela é conhecida, mais é surpreendente a atualidade dessa história. Considerando que o presente é trabalho pretérito, a autora refere-se ao modo “naturalizado” pelo qual as pessoas se relacionam com uma herança histórica marcada pela desigualdade, lembrando provocativa afirmação de Gramsci sobre o quanto somos conformistas de algum conformismo.

O terceiro e último texto desta parte é de José Claudinei Lombardi e tem por título *História e historiografia da educação: atentando para as fontes*. Na primeira parte, o autor centra suas observações sobre o significado da palavra história e história da educação, buscando seu entendimento a partir da análise

marxista de tais conceitos. Na segunda parte, faz uma incursão sobre o entendimento conceitual da historiografia e da historiografia da educação. Na terceira parte trata da abordagem teórica verificada nos meios acadêmicos sobre o entendimento que se tem quanto às fontes históricas e historiográficas. Na quarta e última parte, faz uma retomada das discussões quanto às possibilidades de continuidade do HISTEDBR, enquanto um grande coletivo de pesquisadores, notadamente face às disputas pela hegemonia teórico-metodológica abertas no campo de pesquisa em História da Educação no Brasil.

A quarta parte do livro tem o título: *A organização do HISTEDBR no Paraná*. Nela podem ser encontrados textos que apresentam a história da constituição dos grupos de pesquisa em História da Educação no Estado do Paraná, a partir de 1992, e participantes do projeto nacional de pesquisa “Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da História da Educação Brasileira”, articulados ao HISTEDBR.

O primeiro texto intitula-se *O itinerário do HISTEDBR no Paraná*, de Jean Vincent-Marie Guhur, Maria Cristina Gomes Machado e Sandino Hoff. Os autores fazem uma reflexão da constituição do grupo de pesquisa de Maringá, vinculado à Universidade Estadual de Maringá. Observam que o projeto de levantamento e catalogação das fontes gerou a elaboração de projetos de pesquisas que abarcassem a riqueza das fontes encontradas. Em termos gerais, as políticas educacionais e a organização escolar formavam os temas primários, sistematizados nas fontes coletadas pelo grupo paranaense. Feitas essas reflexões, os autores abordam a problemática da busca por um método de investigação e de análise, empreendido pelo HISTEDBR do Paraná.

O segundo texto é de Maria Elisabeth Blanck Miguel, tendo por título *História do GT Educação Brasileira e Paranaense*. Nele, faz a análise do desenvolvimento histórico do grupo de pesquisas em História da Educação de Curitiba, então constituído por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que foi criado em 1992, também para participar da pesquisa nacional do HISTEDBR.

O terceiro e último texto da coletânea é de Tereza Jussara Luporini, sob o título *10 anos do HISTEDBR: a organização e criação do GT Campos Gerais (PR)*. Apresenta as atividades e os resultados das pesquisas do Grupo de Trabalho de Campos Gerais do Paraná, constituído junto ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A autora analisa o vasto acervo documental arrolado, centrado num primeiro momento na década de 20 do Século XX. Relata, ainda, como foi se construindo uma prática de análise de fontes manuscritas e os fundamentos que o grupo teve que buscar para investigação de fontes iconográficas.

Apesar da independência dos autores, os textos aglutinados na coletânea não deixam de formar uma unidade, posto que foram elaborados com o objetivo de subsidiar o entendimento sobre os caminhos tomados pelos grupos de pesquisa em História da Educação da região Sul do Brasil, ligados ao HISTEDBR, e da vinculação destes com a pesquisa com fontes. Os textos trazem uma pluralidade de abordagens e aportes sobre a questão das fontes, expressando a riqueza de possibilidades para o trato da questão. Esperamos, assim, que esta coletânea acenda ainda mais a discussão sobre os rumos da pesquisa em História da Educação no Brasil, bem como traga muitas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem na disciplina de História da Educação.